

Análise do discurso sobre socioeducação e seus domínios simbólicos: uma relação entre sociedade, decolonialidade, ideologia e inconsciente

Gustavo FURTOSO¹
Denise Cristina de L. PIKANÇO²
Elenilton Vieira GODOY³

Resumo

O artigo identifica condições de produção de sentido da socioeducação, conceito tanto da legislação penal para jovens quanto de práticas educativas. Uma pesquisa fundamentada na Análise do Discurso (AD) que buscará um diálogo com reflexões decoloniais com objetivo de conceituamos os domínios simbólicos na teoria da AD apresentada por Orlandi (2017, 2009) como uma tendência ideológica na constituição de sentido; na sequência pensamos segundo a *totalidade* (Dussel, 1996) e a *desumanização* (Freire, 2016) e os definimos como campo de luta entre o ser e o não ser. Por fim realizamos a análise da Parte I do Cadernos Socioeducativos (PARANÁ, 2018), intitulado Marco Teórico-Metodológico da Socioeducação, colocamos em prática a análise dos domínios simbólicos, transitamos nos interdiscursos, efeitos metafóricos e metonímicos da socioeducação presentes no documento e concluímos que há formações ideológicas que exercem uma dominância colonial sobre o ser e as identificamos como ideologias neoliberais e socialistas, também como condições de produção de sentido.

Palavras-chave: Socioeducação. Formações ideológicas. Sentido.

¹ Mestre e doutorando em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8843-8351>. E-mail: furtoso@outlook.com.br.

² Doutora em Letras. Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2234-2090>. E-mail: deisepicanco@gmail.com

³ Doutor em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8081-5813>. E-mail: elenilton@ufpr.br.

Discourse analysis on socioeducation and its symbolic domains: a relationship between society, decoloniality, ideology, and the unconscious

*Gustavo FURTOSO
Denise Cristina de L. PIKANÇO
Elenilton Vieira GODOY*

Abstract

This paper aims to identify the conditions for the production of the meaning of socioeducation, a concept in the penal legislation for young people and in educational practices. The research is grounded in Discourse Analysis (DA) dialoguing with decolonial reflections. First, we conceptualize the symbolic domains in DA theory by Orlandi (2017, 2009) as an ideological tendency in the constitution of meaning; then, thinking according to the totality (DUSSEL, 1996) and the dehumanization (FREIRE, 2016), we define them as a field of struggle between being and not being. We finish by analyzing the Part I of *Cadernos Socioeducativos* (PARANÁ, 2018), entitled *Theoretical-Methodological of Socioeducation*, putting into practice the analysis of symbolic domains, transiting into interdiscourses, metaphorical and metonymic effects of socioeducation present in the document and conclude that there are ideological formations that exercise a colonial dominance over the self, identified as neoliberal and socialist ideologies but also as conditions for the production of meaning.

Keywords: Socioeducation. Ideological formations. Production of meaning.

Análisis del discurso sobre la socioeducación y sus dominios simbólicos: una relación entre sociedad, decolonialidad, ideología e inconsciente.

*Gustavo FURTOSO
Denise Cristina de L. PICANÇO
Elenilton Vieira GODOY*

Resumen

El artículo identifica condiciones para la producción de sentido de la socioeducación, concepto dado tanto a la legislación penal para los jóvenes como a las prácticas educativas. Una investigación basada en el Análisis del Discurso (AD) dialogando con reflexiones decoloniales. Conceptualizamos los dominios simbólicos en la teoría del AD presentada por Orlandi (2017, 2009) como una tendencia ideológica en la constitución del sentido; entonces pensamos según la totalidad (Dussel, 1996) y la deshumanización (Freire, 2016) y los definimos como un campo de lucha entre el ser y el no ser. Terminamos realizando el análisis de la Parte I de los Cuadernos Socioeducativos (PARANÁ, 2018), titulado Marco Teórico-Metodológico de la Socioeducación, colocamos en práctica el análisis de dominios simbólicos, transitamos por interdiscursos, efectos metafóricos y metonímicos de la socioeducación presentes en el documento y concluimos que hay formaciones ideológicas que ejercen una dominación colonial sobre el ser y las identificamos como ideologías neoliberales y socialistas, también como condiciones para la producción de sentido.

Palabras clave: Socioeducación. Formações ideológicas. Sentido.

Primeiras palavras

O presente artigo surge com a tentativa de colocar em prática procedimentos analíticos fundamentados na Análise do Discurso (AD) em diálogo com conceitos decoloniais, ou seja, discursos que buscam construir sentidos que rompam com padrões de poder criados desde a colonização da América Latina até os dias atuais.

Por isso, busca-se aqui fundamentar teoricamente o conceito de domínio simbólico em um diálogo com a teoria do discurso e a decolonialidade para analisar a construção de sentido do conceito-análise socioeducação. Conceito-análise esse que está ligado ao discurso do Estado brasileiro na própria concepção das leis e normas que regulam todo trabalho que é feito com uma juventude que comete delitos. Também ele está ligado às formas de assujeitamento que existem em nossa sociedade que sujeita as pessoas a determinados sentidos inerentes à posição social e semântica mais conveniente para a epistemologia historicamente dominante, ou seja, a colonial.

Acreditamos que analisar a nossa sociedade tem sua complexibilidade devido a sua imbricação com a decolonialidade na medida em que entendemos, seguindo Maldonado-Torres (2018, p. 35), que a decolonialidade se refere “à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos”: - *no sentido material*, temos os corpos de uma juventude, em sua maioria pessoas negras e da periferia, sofrendo ações nomeadas como socioeducativas, que são historicamente construídas junto às relações de poder coloniais presentes na sociedade; - *no sentido epistemológico*, devido à emergência das periferias das cidades como zonas subalternizadas, oprimidas, vivem onde é “o quarto de despejo”, como escreveu Carolina Maria de Jesus (1960, p. 28) “eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quarto de despejo onde jogam os lixos”.

Na favela, na periferia, moram os exteriorizados pela totalidade de ideias dominantes, condenados pelas grandes forças saber-poder do colonialismo, que vêm sustentando símbolos assujeitados como verdades incontornáveis por meio das instituições modernas patriarcais, capitalistas e racistas; - e *no sentido simbólico*, que se referem às formas de ser, sentir e compreender no mundo, o que depois vamos entender como formas de assujeitamento, sempre com símbolos dentro de um sistema da nossa língua que determina onde a fala cotidiana pode ser movimentada – onde os sentidos dados ao Outro, ao Eu e ao Tu, se realizam.

Por este motivo que Maldonado-Torres (2018, p.18) afirma que a decolonialidade “tem a ver com a emergência do condenado como pensador, criador e ativista e com a formação de comunidades

que se juntem à luta pela descolonização como um projeto inacabado” ou seja, entendemos a decolonialidade como uma luta de gerações presas por amarras coloniais históricas a serem delinquentes, criminalizadas pelas normas raciais, cisgêneras e capitalistas; a decolonialidade é a luta contra estas amarras. Ora, não é este o objetivo final da socioeducação? ressocializar, ressignificar, reinsserir, reeducar, responsabilizar, não importa a nomenclatura que usam, pois todas querem não reincidência em atos infracionais, já que isto, o ato infracional, está ligado a outras formas de opressão da colonialidade (à raça, ao gênero e à classe social).

Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo compreender as condições de produção de sentido que representam os domínios simbólicos, movimentados na Parte I – Marco teórico e metodológico, do documento oficial do Estado do Paraná intitulado ‘Cadernos de Socioeducação: bases teórico-metodológicas da Socioeducação’, a respeito da Socioeducação.

Para tanto, pensamos em um percurso metodológico no sentido de “modos de interrogação de dados e formas de raciocínio” (PÊCHEUX, 1997, p. 51), composto por quatro questões que orientam a análise do nosso *corpus-empírico*, dos enunciados:

- 1) Qual é o acontecimento ou conjuntura no enunciado que tenta trazer sentido à socioeducação? a) procurar interdiscursos.
- 2) Quais os efeitos metonímicos e metafóricos possíveis de estabelecer com outros enunciados do material analisado? a) procurar os esquecimentos enunciativos e ideológicos.
- 3) Qual é o discurso inconsciente que atravessa os esquecimentos? e
- 4) Quais foram os domínios simbólicos percebidos pelo analista?

Domínios Simbólicos: dispositivo de Análise do Discurso

Quando escolhemos pensar o conceito de *domínio simbólico* foi por termos identificado como uma síntese promissora dos conceitos que mobilizamos em nosso tipo de análise, que busca colocar em movimento os efeitos de sentido do conceito de socioeducação.

Dentro da teoria da AD a qual nos filiamos, o real⁴, ou seja, os objetos no mundo que nomeamos, tal qual a socioeducação que é nosso conceito-análise, tem suas condições verbais de existência, que é a língua enquanto o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido (ORLANDI, 2017, p.45). Então pensar a língua para a AD é pensá-la enquanto ordem simbólica –

⁴ A realidade é uma exterioridade que só pode ser confrontada simbolicamente. O real é aquilo que resulta dessa mediação simbólica e que passa a existir para nós (ESTEVÃO, 2009).

daí o *simbólico* de nosso referencial analítico. Isso quer dizer que “a língua é um sistema não perfeito, mas ainda assim é um sistema, tem sua ordem” (ORLANDI, 2017, p.77). Quando se define que não é um sistema perfeito é pelo fato de que a forma material da língua nos aparece como discurso e a forma material deste é a ideologia. Isto quer dizer que o sistema simbólico, a língua, é um lugar sujeito à sua exterioridade – formado por uma história discursiva – aos confrontos e relações ideológicas que movimentaram e movimentam os meios de produção. Para a AD francesa, ideologia e inconsciente estão ligados, formando assim o sujeito assujeitado pelas formações discursivas que estão sob o *domínio* de alguma tendência ideológica que produz um campo de sentidos que determina o que pode e deve ser dito pelos sujeitos. Explicando:

O assujeitamento não é qualificável. Ele diz respeito à natureza da subjetividade, a qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico, pela ideologia: se é pelo assujeitamento à língua na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante (ORLANDI, LAGAZZI-RODRIGUES, 2006, p. 19).

Há uma base pela qual todos somos afetados que nos assujeita a determinados sentidos, que dão uma qualidade ao sujeito no processo de existência da subjetividade, sua natureza. Consideramos que isso seria esse “sistema significante”, um *domínio simbólico* pelo qual somos todos afetados: o simbólico é a base das materialidades discursivas e o *domínio* é a tendência ideológica das formações discursivas. São essas as condições de possibilidade do sentido e das formas de assujeitamento. As condições de possibilidade do sentido são: o interdiscurso, o que já foi dito em algum lugar na história, o efeito metafórico, ou metonímico, o caráter polissêmico das palavras, os esquecimentos ideológicos e enunciativos; e condições das formas de assujeitamento são as formações ideológicas e sua ligação com o inconsciente. Todos esses elementos de nossa língua, do sujeito, do discurso, permitem que o erro, o equívoco, a não relação, filiações, associações, substituições, deslizos também tenham sentido e, não só sentido, uma ligação com alguma formação ideológica inserida na história das discursividades e em formas históricas de assujeitamento, daí o motivo de a língua ser um sistema não perfeito, ser “o espaço contraditório dos desdobramentos das discursividades” (ORLANDI, 2017, p.45).

Portanto compreender essas relações dentro de nosso conceito-análise significa ter um olhar atento aos símbolos enquanto entes que se referem ao ser das coisas, porque é através de seus domínios de sentido, ao poder de dizer o que as coisas são, que fazem ecoar nos discursos certas

ideologias constituintes das formações discursivas. Nesse artigo, dos sentidos dados à socioeducação. Além disso, como a AD “trabalha sobre relações de poder simbolizadas em uma sociedade dividida” (ORLANDI, 2017, p. 55): dividida pelo consciente e inconsciente, indivíduo e sujeito, material e abstrato, subjetivo e objetivo, racional e irracional, coletivo e individual, senso comum e ciência, mecanismos de controle da vida e a própria vida em seu estado natural; dividida por ser constituída de domínios simbólicos em disputa ou em comunhão para poder dar sentidos aos objetos, controlar os meios de produção, as formas de assujeitamento. Identificamos aí um caminho metodológico composto por um campo de existência de relações de poder que buscamos colocar em foco em nosso tipo de análise graças ao nosso entendimento do conceito de *domínio simbólico*.

Domínio dos gestos do ser: aprofundando o entendimento do domínio simbólico como um procedimento analítico

Quando pensamos em usar a palavra gesto queremos fazer entender um sinal, como uma sinalização de um modo de ser. Não desejamos categorizar o ser, mas sim pensar os modos de categorização, de dominação de um sentido que assujeitam numa subjetividade uma maneira de ser. Deste modo, para nós, a noção de *totalidade* é fundamental, porque é no real em que estamos dentro desde que nascemos. Na visão de Dussel (1996, p. 32), “o nascimento sempre ocorre dentro de um todo simbólico que amamenta igualmente o recém-chegado nos sinais de sua história”, ou seja, ganhamos vida dentro de uma *totalidade*. Logo, há um *campo simbólico dominador* em que não só domina um conjunto de sentidos, de símbolos, de metáforas, mas a própria vida, o ser. E seus gestos, sinais metafóricos, que descrevem visões sobre a vida dos autores que trabalham com a socioeducação – que é uma medida jurídica que já movimentou vidas de 205.845 adolescentes (BRASIL, 2018). Portanto, falar dos *domínios simbólicos* da socioeducação, é falar sobre essas vidas.

O mesmo ocorre com a desumanização, já que, segundo Freire (2016), a situação opressora gera uma totalidade desumanizada e desumanizante, que afeta todos da relação, pois é a distorção do *ser mais em ser menos*, que rouba a humanidade dos *oprimidos*, imersos na engrenagem da estrutura dominadora que proíbe outros de *ser* na medida em que a “estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se forma.” (FREIRE, 2016, p. 44). Portanto, estamos em uma sociedade, em uma *totalidade opressora* constituída, também, de *domínios simbólicos*, no sentido de campo de luta entre o ser e o não ser, de um conjunto, um

sistema simbólico dominador, inseridos numa *totalidade* dusseliana e *desumanizante* no sentido freiriano.

Para esclarecer ainda mais onde queremos chegar, Orlandi (2009, p. 26), propõe em suas formulações, que “a Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no *domínio simbólico*, pois eles intervêm no real do sentido”. O simbólico é a língua enquanto materialidade do discurso sobre a socioeducação, o domínio é um conjunto de efeitos de sentidos que dominam a semântica e o ser, logo, seus gestos.

A construção do *corpus* de análise: um breve contexto

O documento oficial que será analisado é a Parte I - Marco teórico e metodológico, autoria de Márcia Cossetin, dos Cadernos de Socioeducação: bases teórico-metodológicas da Socioeducação, publicado em 2018 pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos do Estado do Paraná.

Consideramos que a teoria decolonial pode fornecer as bases para entender essa sociedade e os *domínios simbólicos* que nela estão inseridos. Se estamos pensando o Brasil então temos que levar em consideração a colonização e a descolonização. A teoria decolonial, criticamente,

[...] reflete nosso senso comum e sobre pressuposições científicas referentes a tempo espaço, conhecimento e subjetividade, entre outras áreas-chave da experiência humana, permitindo-nos identificar e explicar os modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo em que fornece ferramentas conceituais para avançar a descolonização (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 29).

Logo, a partir desses entendimentos, podemos pensar sobre o Brasil na América colonizada. Uma das pressuposições chave para teoria decolonial expressa por Maldonado-Torres (2018, p. 28) é a de que “há lógicas coloniais e representações que podem continuar existindo depois do clímax dos movimentos de libertação e de conquista [... e com eles] mantêm-se a colonização e suas várias dimensões de luta”. Então o sujeito é entendido como um “campo de luta e um espaço que deve ser controlado e dominado” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 43), ou seja, dominado pelo colono, atingindo seus símbolos, seu ser. Isso faz com que possamos dizer que o colono é o que literalmente

faz o colonizado, constrói seu ser, impõe sua verdade, o coloca em oposição, ele é o bom, o outro é o mau, e o encontro entre os dois sempre será violento, como na sua primeira confrontação, pois será sempre um encontro de forças tanto para dominar, (colonialidade) quanto para libertar (decolonialidade).

Maldonado-Torres (2018, p. 40) considera que “como resultado, os corpos dos colonizados e escravizados podem ser concebidos (...) como sem gênero ou com uma forma particular de diferença de gênero, (...) órgãos sexuais e partes sexualizadas do corpo definem o ser”. Neste sentido, não podemos deixar de considerar, em qualquer análise, que o Brasil vivencia esses processos coloniais de classificação e controle social que dominam o ser a partir de símbolos que descrevem um real do colonizador. Entendemos também que o movimento de identificar *domínios simbólicos* passa pelas quatro questões anunciadas na introdução, que objetivam: - captar aspectos históricos das formações discursivas presentes no discurso sobre socioeducação, ou seja, sentidos em que de um lado do Brasil muitas forças colonizadoras atuam e do outro uma juventude em conflito com a lei persiste; - identificar quais são as metáforas e metonímias dos sentidos percebidos para socioeducação, que dizem também sobre as relações sociais de nossa sociedade; - investigar as relações ideológicas, já que todo dizer está posicionado na história, no pré-construído de quais grupos ideológicos se aproximam mais os sentidos encontrados; e por fim, após passarmos pela história, pelas relações sociais, pelas ideologias, apresentar os domínios simbólicos.

O Acontecimento ou conjuntura dos “Cadernos de Socioeducação: Bases teórico-metodológicas da socioeducação”

Ao perguntar a um texto sobre seu acontecimento ou conjuntura não estamos querendo igualar acontecimento e conjuntura, mas sim dizer que no acontecimento há uma conjuntura política, disciplinar, social que o preenche. Segundo Orlandi (2017, p. 58), “um acontecimento não para de produzir sentidos”, porque é um fenômeno físico, é o que acontece influenciado pelo que ocorreu algum dia em algum lugar sob as condições de determinada conjuntura. Ao discorrermos sobre acontecimento ou conjuntura, entendemos que determinado acontecimento em uma dada conjuntura sustenta o sentido da socioeducação e nós procuraremos por estes dois aspectos da realidade concreta. É real porque quando lemos algum texto, o próprio texto é fruto de um determinado acontecimento, está inserido na história, nosso ato de ler também é um acontecimento, o da leitura do analista, mas

também de quem escreveu nosso texto, uma pessoa trabalhadora na área da socioeducação e esta leitura gera outra conjuntura, outro acontecimento.

Assim como acontece com um documentário, se um filme fosse nosso objeto de análise, o que passa na tela seria um “acontecimento que fala do acontecimento” (ORLANDI, 2017, p. 58), pois assistir a tela é um acontecimento e o que é produzido na tela são acontecimentos. Nosso *corpus*, obviamente não é um documentário, mas ao perguntarmos sobre a presença do acontecimento ou conjuntura para um texto, ou melhor, um discurso, entendemos que houve um acontecimento e uma conjuntura que influenciaram sua produção discursiva, que procuraremos descrever aprofundando nas filiações históricas da posição da autora do texto, por conseguinte, essas posições refletem características da própria posição da socioeducação em sua historicidade, ou seja, a história da socioeducação é atravessada por duas formas de produção de sentido, a saber, a história dos discursos sobre o fenômeno de uma juventude criminalizada e das práticas envolvidas; e a história discursiva do inconsciente (como explicaremos ao final). Sendo assim, perguntar sobre o acontecimento ou conjuntura é tentar captar filiações históricas envolvidas nas condições de produção de sentido, primeiro passo para chegar nas posições ideológicas que estão no inconsciente do sentido dado.

Posto isso, começamos com a escolha de analisar a Parte I dos Cadernos de Socioeducação separando primeiramente o que consideramos como um enunciado relevante para localizarmos historicamente a socioeducação e, aos poucos, chegar a outros enunciados e a conjunturas gerais. Também, por se tratar de um documento oficial do Estado do Paraná, representa o discurso concreto que compõe as orientações internas de instituições socioeducativas paranaenses.

Sendo assim, a análise do texto foi feita buscando identificar não a argumentação, sua linha de raciocínio, um resumo analítico do conteúdo do texto, mas sim as formações discursivas sobre o conceito. Para tanto, após uma leitura atenta aos efeitos metafóricos e metonímicos do nosso conceito-análise, ou seja, aos deslocamentos de sentido da socioeducação para outros sentidos, (pois é esta uma das formas a que chegamos às formações discursivas), separamos os enunciados em que consideramos a existência deste fenômeno de deslizamento que buscamos captar por primeiro, os acontecimentos e a conjunturas da socioeducação.

O primeiro dos enunciados (E1) coletado nos permite dizer sobre aspectos fundamentais da conjuntura tanto da autora do texto como da socioeducação.

A Socioeducação vai muito além da simples privação ou restrição de liberdade. É o exercício de oferecer aos adolescentes ferramentas e diretrizes a fim de que tenham

FURTOSO; PICANÇO; GODOY.
condições de fazer melhores escolhas, encontrando uma nova oportunidade de convívio em sociedade (PARANÁ, 2018, p. 9).

O próprio texto entrega uma possível conjuntura quando, logo mais abaixo do enunciado destacado afirma que "o governo do Paraná não tem medido esforços para capacitar os servidores que atuam nos Centros de Socioeducação e nas Casas de Semiliberdade" (PARANÁ, 2018, p. 9). Também encontramos em notícias com o nome de Alex Sandro Silva, diretor do Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE), integrante da organização dos Cadernos Socioeducativos, de diversas ações de profissionalização dos profissionais socioeducativos e de ações socioeducativas com a juventude atendida pela política.

Para o diretor do DEASE, Alex Sandro Silva, um dos destaques é que o Paraná investe fortemente na formação profissionalizante voltada aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. O sistema de socioeducação do Paraná tem se destacado no cenário nacional. O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (PARANÁ, 2018a, n.p.).

Podemos considerar que o estado do Paraná com a instituição DEASE trabalhou para capacitar os profissionais das outras organizações públicas paranaenses vinculadas à socioeducação. Numa busca, mais geral, no Google, com as palavras-chave "DAGASE" e "Paraná", as notícias sobre capacitações, decisões do Estado, atividades socioeducativas são as que mais aparecem. Toda essa atuação profissional e política envolveu a confecção dos Cadernos de Socioeducação com o intuito "de oferecer aos adolescentes ferramentas e diretrizes a fim de que tenham condições de fazer melhores escolhas, encontrando uma nova oportunidade de convívio em sociedade" (PARANÁ, 2018, p. 9); o enunciado destaca que a conjuntura que contribuiu para o preenchimento do acontecimento foi o fato da administração não só do DEASE, mas do "Governo do Estado, por meio da Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos", ter em seus discursos a noção de que "O sistema de socioeducação do Paraná tem se destacado no cenário nacional" (PARANÁ, 2018a, n.p.).

Em relação à Márcia Cossetin, autora da Parte I dos Cadernos de Socioeducação, ela carrega em sua trajetória profissional a experiência de ocupar o cargo de pedagoga durante oito anos no Centro de Socioeducação no estado do Paraná (CENSE-Cascavel), o que oportunizou estudos e discussões além do trabalho sobre a temática. A autora agradece em sua dissertação de mestrado "aos adolescentes apreendidos, a partir deles ocorreram as inquietações que fizeram nascer esta dissertação e, sem os quais, esta, não teria sentido de ser." (COSSETIN, 2012, p. 6). O debate com a pós-graduação na UNIOESTE em Educação, fez surgir inquietações sobre "a constituição e os objetivos

da socioeducação, anunciada no Estado do Paraná” (COSSETIN, 2012, p. 9). Essa experiência de vida culminou na participação da produção dos Cadernos.

Um dos pontos importantes dessas filiações, dessa rede de enunciados, é que a autora agradece, primeiro, na assertiva retirada de sua dissertação: *aos adolescentes apreendidos*. Isso está em relação ao E1, porque afirma que é preciso “uma nova oportunidade de convívio em sociedade”, além de estar dito também que “a Socioeducação vai muito além da simples privação ou restrição de liberdade”. Essas proposições declaram uma conjuntura persistente: a luta pelos direitos da infância e da juventude arrasadas pelas concepções de mundo capitalistas, racistas e cisnormativas que perpetuam as desigualdades e a necessidade de apreender jovens.

Nas proposições destacadas, as palavras *oportunidade*, *além da privação* e *apreendidos* estão relacionadas com a busca pela prática da transformação da realidade *criminalizante* que a sociedade capitalista-neoliberal engendra, por gerações, nas vidas das famílias pobres, pretas e periféricas. No enunciado (E1), a socioeducação é a oportunidade de transformar a vida dessa juventude, que é apreendida por infringir alguma lei, e inseri-la em convívio a uma sociedade, porém, essa sociedade é cisgênera, capitalista e branca.

Tais questões, normas, valores, identidades, que envolvem tanto a cisgeneridade como a branquitude e o capitalismo, são entendidas por nós como as bases de uma ética colonial transfóbica e racista que junto à competição no mercado de trabalho capitalista não oportunizam condições de sobreviver fora do que é criminalizado, logo, por gerações, determinados grupos sempre precisaram de uma punição. Esses grupos que classificamos como juventude – de até doze anos incompletos é criança e de doze a dezoito anos é adolescente (artigo 2 do ECA) –, devido ao fato de suas famílias e comunidades não terem condições de acessarem ou permanecerem no mercado de trabalho, na escola, nos serviços, nos programas e projetos, necessitam de “ferramentas e diretrizes”, que possibilitarão encontrar “uma nova oportunidade de convívio em sociedade” (PARANÁ, 2018, p. 9), sociedade essa capitalista, branca e cisgênera. Esta é uma conjuntura que preenche acontecimentos criminalizantes que desembocam numa necessidade socioeducativa, ou melhor, “a socioeducação como base para o atendimento ao adolescente em conflito com a lei seria uma resposta à sociedade” (COSSETIN, 2012, p. 176), resposta a uma conjuntura: a *criminalizante*.

Essa resposta da sociedade e do Estado para esse grupo juvenil é vista no Brasil desde o período colonial (RIZZINI, RIZZINI, 2004). Contudo, apenas em 1927 essa resposta ganhou uma legislação, o Código Mello Mattos, conhecido como Código de menores de 1927. Um acontecimento que marca

evidentemente o que queremos exemplificar como uma conjuntura persistente, criminalizante, na sociedade brasileira presente na história é que sucedeu com o engraxate Bernardino:

engraxate Bernardino, de 12 anos, foi preso ao jogar tinta em uma pessoa que saiu sem pagar pelo serviço. Colocado em uma prisão junto a 20 adultos, o menino negro foi violentado de várias formas e jogado na rua. Levado para um hospital, narrou o ocorrido para jornalistas. O caso ganha repercussão e mobiliza debates sobre locais específicos para destinar crianças que cumpram algum tipo de pena. (PARANÁ, [s.d.], n.p.).

Esse menino, negro, pobre, sob a pressão econômica, racista e de gênero permanece como grupo mais atendido pela política. O Código Mello Mattos, depois dessa tragédia, veio possibilitar um novo caminho para Bernardinos e Bernardinas, qual seja, que elas não são mais puníveis, são submetidas a medidas de assistência e proteção. Contudo, a virada mais radical ocorreu quando o ECA inaugurou a proteção integral da criança e adolescente na legislação brasileira de forma explícita. Nessa ânsia, substituiu-se o nome das instituições desse serviço responsável por submeter as crianças e adolescentes à assistência e proteção, agora, separados os pequenos e pequenas abandonadas dos que cometem algum delito. Estes últimos são direcionados a lugares chamados de socioeducativos, todavia, ainda são Bernardinos e Bernardinas em sua maioria.

Outra conjuntura possível de identificar no enunciado e nos que mantêm relação a ele, é a crítica que a autora faz quando escreve “a Socioeducação vai muito além da simples privação ou restrição de liberdade” (PARANÁ, 2018, p. 9), ela também quer dizer “com isto, é um desafio pensar nos elementos e fundamentos para a construção de uma proposta norteadora no sentido de superação da mera adaptação” (PARANÁ, 2018, p. 15).

A crítica à pedagogia tecnicista, às competências, presente no discurso do *corpus* aparece quando é defendido o argumento de que se busca uma educação que não cause uma adaptação do ser humano, mas sim uma transformação social autêntica. Esse discurso tem seu acontecimento e conjuntura ligados ao início dos anos de 1980, com a redemocratização, quando mitos ainda muito fortes passam a ser questionados, tais como, a categoria do menor e a educação tecnicista.

O contexto gerado pelo ECA é de obrigar os que trabalham pela política a pensar e colocar em prática uma proposta político pedagógica socioeducativa, que possibilite transformar a vida dessa infância e juventude em situação de conflito com a lei – grupo criminalizado não só intergeracionalmente, mas racialmente, cisgenericamente e economicamente – e não adaptá-la ao meio (como queriam as pedagogias tradicionais do mercado e dos meios de produção) perpetuando fracassos evidentes pela própria exposição à desigualdade social de um problema persistente.

Resumidamente, acreditamos que os acontecimentos e as conjunturas presentes como formações discursivas do E1, mas também da própria socioeducação são:

- 1) Articulação política e profissional para buscar um atendimento eficiente aos grupos de crianças e adolescentes criminalizados que chegam às instituições.
- 2) Persistente realidade desigual econômica-racial-genderizada que localizam suas punições legislativas e sociais em determinados grupos, o que garante a permanência desse problema em nossa sociedade, o que chamamos de problema estrutural, e a necessidade de sempre dar uma resposta a ele.
- 3) Crítica a forma plástica do sistema capitalista, que se molda, reconfigura, se apropria do que for necessário para manutenção e conservação do estilo de vida neoliberal, branco e cisgênero.

As armadilhas do discurso do Estado

O nosso conceito-análise, socioeducação, segundo Raniere (2014), está ligado ao ECA e ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), todavia, os projetos educativos eram realizados por entidades religiosas, partidos políticos e universidades desde a década de 1950. Foi apenas na década de 1980 que a educação social ou socioeducação começou a ganhar destaque na discussão. Contudo, mesmo existindo a crítica de pleonasmos, ou redundância, por alguns pesquisadores, pois pensam que educação já é social, logo, falar de socioeducação ou educação social é falar do mesmo, o fato é que, tanto o ECA como o SINASE, são formas de governo, são discursos, nomeiam instituições e trabalhos que se organizam em torno da socioeducação como conceito-chave.

Na AD os esquecimentos fazem parte da estrutura e do próprio funcionamento da linguagem. É através deles, dos esquecimentos, que se constroem “espaços de nossa memória, nossa identidade histórica, desmanchando autorias atestadas, substituindo-se dizeres, produzindo gestos de interpretação em que se constroem outros (novos) sítios de significação” (ORLANDI, 2017, p. 174). E esse processo só faz sentido porque a palavra *sentido* significa, segundo Orlandi (2017, p. 135), em “relação a”, logo, “todo funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissemicos” (ORLANDI, 2009, p. 36): as relações entre os sítios de significação. E esse jogo entre paráfrase e polissemia atesta o confronto entre o político e o simbólico, ou seja, é na língua, como um sistema simbólico, que a ideologia e o político se materializam. (ORLANDI, 2009). Sendo assim, analisar usando os procedimentos da paráfrase e polissemia é tocar

os bordos do inconsciente manchado de ideologia que carimba, na forma dos esquecimentos, o discurso.

A paráfrase é dizer o mesmo de forma diferente, e um dos procedimentos que faz isso é o metonímico (palavra que puxa outra) (ORLANDI, 2017, p. 136), também chamado de esquecimento enunciativo, em que o sujeito esquece que há outras formulações possíveis e pensa ser ele a origem do sentido, a ilusão do sujeito moderno (ORLANDI, LAGAZZI-RODRIGUES, 2006, p. 21).

Entendendo estes pontos, gostaríamos de analisar novamente o E1, realizar substituições por outros enunciados do *corpus*, criar paráfrases e polissemia a partir dos sentidos percebidos e chegar nas metáforas da socioeducação: “A Socioeducação vai muito além da simples privação ou restrição de liberdade. É o exercício de oferecer aos adolescentes ferramentas e diretrizes a fim de que tenham condições de fazer melhores escolhas, encontrando uma nova oportunidade de convívio em sociedade” (PARANÁ, 2018, p. 9).

Podemos realizar uma paráfrase substituindo parte do enunciado acima por outros encontrados e retirados do material analisado, mas que não mudam o sentido dado para a socioeducação: ‘A Socioeducação vai muito além da simples privação ou restrição de liberdade (...). São as possibilidades de efetivação de propostas que venham a atender os sujeitos desse contexto, quais sejam: os adolescentes que cometeram algum ato infracional’.

Essa primeira paráfrase explica melhor o que se quer dizer com “além da simples privação ou restrição de liberdade”. A socioeducação é puxada para ser entendida enquanto uma *proposta*. Podemos então dizer que:

‘A socioeducação é uma proposta’.

Uma proposta carrega o que será proposto: alguma forma de atender adolescentes que entraram em conflito com a lei, ou melhor, que foram criminalizados pelo seu comportamento. E essa forma de atender a essa juventude vai além de privar a liberdade, mas por que vai além? Outra paráfrase nos ajuda a perceber o sentido dessa proposta:

‘A Socioeducação vai muito além da simples privação ou restrição de liberdade. São formas de compreender tanto os adolescentes que cometeram alguma infração penal, como também os sujeitos que se quer formar, tendo em vista o contexto mais amplo e não apenas os muros das unidades socioeducativas e suas impossibilidades, é necessário ter-se um método direcionador, não apenas das práticas pedagógicas’.

Como a socioeducação é uma proposta, por vivermos em uma sociedade em que a ciência moderna inculca que para ter rigor é necessário um método bem definido numa teoria, não se pode

fugir dessa regra. Então, além de privar de liberdade, a proposta compreende os sujeitos que são socialmente aceitos e busca-se um método rigoroso que torne as práticas não só pedagógicas, mas sim emancipadoras, transformadoras das vidas e dos adolescentes infratores em sujeitos socialmente aceitos. Esse argumento, implícito no enunciado (E1), salta aos olhos agora através de uma paráfrase feita a partir do efeito metonímico. Se continuarmos, com outras substituições, iremos aprofundar mais nos sentidos pelos quais a socioeducação é algo além da privação da liberdade:

‘A Socioeducação vai muito além da simples privação ou restrição de liberdade. É a elaboração de uma proposta político-pedagógica que tenha como norte a superação da mera adaptação social’.

Nessa paráfrase encontramos a crítica à plasticidade do sistema capitalista, pois quem quer a mera adaptação social é a pedagogia tecnicista, das competências, é o sistema capitalista que quer alienar. Percebemos aqui o engano, o erro, o equívoco da língua e onde se abre para a construção de outro sentido, já no efeito polissêmico que se agarra ao efeito metafórico, ou seja, uma palavra por outra (ORLANDI, 2017).

Quando, ao mesmo tempo, a socioeducação tem como formação discursiva o interdiscurso, o pré-construído, o já dito em algum lugar na história, o discurso de pensar que tipo de sujeito queremos em uma sociedade, conforme encontrado na paráfrase anterior analisada, esta sociedade sendo capitalista, cisgênera e racista, que por ser assim engessa grande parte das subjetividades em padrões que se espera que toda pessoa adolescente e criança se adapte, como superar a adaptação social se já se pressupõem um modelo de sociedade *criminalizante* pelo qual o sujeito deve seguir padrões pré-construídos? Acreditamos ser essa uma contradição entre as formações discursivas e o que pode abrir para um efeito metafórico da socioeducação, de pensá-la como:

‘A socioeducação é criminalização’.

Já que entramos no campo da polissemia, do efeito metafórico, lugar onde repousa a tensão entre interpretação e descrição, caminhemos agora pelos enunciados em que acreditamos que há um deslize metafórico nos sentidos dados a socioeducação:

‘A Socioeducação vai muito além da simples privação ou restrição de liberdade. É uma tarefa educacional e, ao mesmo tempo, de transformação social, ampla e emancipadora’.

Nesse enunciado, a socioeducação parece como *tarefa*, ou seja, é um trabalho. Assim, é uma atividade humana que expande seu tempo e energia na transformação das coisas naturais em objetos, ou seja, em coisas para o sujeito, com valor de uso, mas também valor de troca. Para ter valor de uso

o objeto precisa ser útil para o sujeito, ou melhor, a juventude criminalizada naturalmente, dada a própria natureza de nossa sociedade *criminalizante*, precisa ser útil para o sistema econômico, de divisão de renda, de raça e de gênero.

A juventude precisa se adaptar a esse meio, e isso será feito através do trabalho dos profissionais socioeducativos, uma categoria de trabalho que tem sua função social bem difícil, a saber, a de oferecer um trabalho educativo que transforme a vida da juventude, de criminalizada para emancipada. E esse trabalho, inserido no sistema econômico, tem seu valor de troca, ou seja, tem seu orçamento, em que cada recurso humano e material usado para expender tempo e energia na transformação da matéria prima (juventude criminalizada) em objeto com valor de uso (juventude assalariada), tudo tem seu custo, tem um valor em dinheiro, tem uma circulação de trabalho, logo de mercadoria. E não podemos esquecer que o trabalho, ir dia a dia buscar esse objetivo socioeducativo, é uma experiência de valor sentimental, que projeta subjetividades às identidades de trabalhadores e trabalhadoras em meio ao desafio educativo ao mesmo tempo que em contato com conflitos sociais opressivos:

‘A socioeducação é um trabalho’.

O equívoco da língua abre espaço para interpretação (e não somente para descrição) e para um acontecimento que rompa com as conjunturas pré-construídas do nosso conceito-análise. Por isso, quando encontramos, no efeito metafórico, o deslizamento da socioeducação como proposta para trabalho, encontramos a filiação do conceito-análise com o marxismo. Não só uma filiação estruturante do conceito, mas também observamos o movimento de uso prático dessa filiação: quando o materialismo histórico dialético ocupa o sentido de uma proposta político-pedagógica que orienta o trabalho de pessoas sob outras pessoas a fim de transformar um antes (criminalizada) em um depois (emancipada, socializada, útil) busca-se controlar uma juventude para que cresça aos moldes de uma sociedade colonial, que é a capitalista, cisgênero e racista; em outras palavras, busca-se controlar os excessos da juventude, responsabilizá-la, ensiná-la e reinseri-la numa sociedade colonial, através de uma pedagogia libertadora, outra contradição, o engano, o equívoco da língua permitindo outro sentido para socioeducação.

‘A socioeducação é controle’.

E para aprofundar mais nesse deslize metafórico, podemos realizar outra substituição, de um enunciado por outro encontrado no nosso *corpus*:

‘A Socioeducação vai muito além da simples privação ou restrição de liberdade. É a realidade, é a categoria básica do processo de conscientização, é a atividade prática social dos sujeitos históricos concretos’.

Ao buscar as bases teóricas da educação social, encontramos uma referência bastante explícita do materialismo histórico-dialético dedicada ao processo de controle de um grupo social. Esse achado se torna importante na medida em que podemos perceber que essa teoria do conhecimento marxista foi e ainda é um direcionamento para diversas formas de luta contra argumentos anteriores ao materialismo, vindos do idealismo, do positivismo, do progresso, do capitalismo, do patriarcado etc. Um marxista fundamental para o pensamento socioeducativo, citado por pesquisadores e pelo próprio criador do conceito-análise, Antônio Carlos Gomes da Costa, que dedica seu livro é:

Anton Makarenko, pedagogo ucraniano que entre 1925 e 1935 redige o seu Poema Pedagógico. Nesta obra, hoje um grande clássico, Makarenko, da mesma forma que Antônio Carlos Gomes da Costa, narra sua experiência como diretor da Colônia Gorki, instituição que, em período comunista, atendia jovens abandonados e infratores na União Soviética. Um dos conceitos centrais deste trabalho é o de educação social (RANIERE, 2014, p. 181).

Podemos inferir que a educação social é o conceito historicamente filiado à socioeducação. Essa filiação pode ser explicada: Lênin criou a Comissão para a Luta contra a Delinquência Infantil nomeando Máximo Gorki presidente da mesa, que nomeou Makarenko como diretor da Colônia Gorki. No Brasil, a versão do trabalho de Makarenko chega nos anos 1980, e já no início dos anos 1990 acontece a publicação do ECA. Por ser uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, significa um processo de luta e disputa política pela adequação dos direitos e deveres às noções que vêm ganhando espaço no debate por renovação; crianças e adolescentes não são simplesmente menores, são sujeitos em desenvolvimento, detentores de direitos. A luta no Brasil pelo direito da criança e do adolescente ganhou força com a Constituição Federal de 1988, com o artigo 227, que garante direitos básicos à criança e ao adolescente, insuflando ainda o debate para a elaboração do ECA.

O ECA mudou o discurso das políticas de atendimento a esse público, que eram mais direcionadas ao controle repressivo e discriminatório, para um controle disciplinar e educativo. “O Juízo de Menores, na pessoa de Mello Mattos, estruturou um modelo de atuação que se manteria ao longo da história da assistência pública no país até meados da década de 1980” (RIZZINI, RIZZINI, 2004, p. 29). O Código de Menores de 1979, que usava principalmente da criminalização da infância

abandonada e delinquente numa tentativa de solucionar a criminalidade e as vidas esfarrapadas e vagabundas espalhadas nas cidades, foi drasticamente excluído. Da mesma forma foi desfeita a confusão entre abandono, situação de risco e delinquência; ao invés de um controle repressivo e discriminatório, passou-se para tentar educar todos – desde os abandonados, ou melhor, em situação de risco, em situação de violação de direitos, que devem ser abrigados em instituições de cuidados básicos e educativos, como os abrigos – até os que cometem atos infracionais, que não vão mais para a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), onde misturavam-se abandonados e menores delinquentes, mas sim para instituições socioeducativas estaduais. Para uma mudança dessa monta acontecer, apenas com um processo de luta política e social seria possível.

‘A Socioeducação é luta’.

Nessas filiações históricas entre os interdiscursos encontrados nas memórias discursivas captadas pela coleta dos dados bibliográficos presente no *corpus*, podemos avançar para mais uma substituição usando outro enunciado e chegar a uma formação discursiva chave:

‘A Socioeducação vai muito além da simples privação ou restrição de liberdade. É uma área tão complexa’.

Segundo o interdiscurso, o pré-construído, a palavra complexo vem do marxismo, porque entende que o mundo social é estruturado, diferenciado e em mudança, ou seja, é histórico:

Tal totalidade, afirma Lukács (1979, p.40) é um complexo de complexos, (...) de complexos no qual “todo ‘elemento’ e toda parte é também (...) um todo; o elemento é sempre um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações diversas que agem em conjunto.” (MORAES, 2009, p. 597).

É a partir dessa concepção que Saviani (2005) pensa a educação como um complexo. Ora, se o mundo social é esse complexo de inúmeros complexos, o que dizer da atividade humana, do agir humano nessas circunstâncias? Como se articula o agir individual com o conjunto da sociedade? Pelo que se manifesta “desde a origem do homem pelo desenvolvimento de processos educativos inicialmente coincidentes com o próprio ato de viver” (Ibidem, p. 7), o trabalhador socioeducativo sabe que seu trabalho é complexo.

Para concluir esta parte sobre os efeitos de paráfrase e polissêmicos ou metonímicos e metafóricos da socioeducação presente no material analisado, consideramos que as palavras adquirem sentido por estarem sempre “em relação a” outras palavras (ORLANDI, 2017, p.134), o que mostra a concepção materialista de linguagem, sempre capaz de engendrar outro sentido. A socioeducação, toma forma de outras palavras graças aos efeitos de metáforas e de metonímias estruturais da nossa

linguagem por serem esquecidos nas armadilhas que tensionam entre descrição e interpretação do conceito socioeducação; tensão entre nosso conceito-análise e muitas outras palavras, que podemos elencá-las, sem procurar estabelecer critérios hierárquicos entre elas, mas meramente expô-las na relação que acontecem, em nosso *corpus*, no ato de tentar estabelecer algum sentido à socioeducação:

‘A socioeducação é: proposta-político-pedagógica; atendimento; meio; forma; controle; luta; educação social; trabalho; área complexa; transformação’.

O discurso do inconsciente

Como já foi dito, o ato de escrever pertence à autora do nosso *corpus*, Márcia Cossetin, que está inserida em uma conjuntura e ao tentar dar sentidos à socioeducação, tensionando entre descrição e interpretação, se posiciona em alguma forma de conhecimento sobre o mundo. Esta posição da autora, do sujeito que discursa, está materialmente ligada à sua história, não só dela, mas da humanidade, do pré-construído, do um dia já dito em algum acontecimento, que já se perdeu, fisicamente, no liame da vida, mas que continua a produzir sentido por causa da relação do inconsciente com a ideologia. “Não é só a razão que conta na linguagem” como muito bem pontua Orlandi (2017, p. 155), o inconsciente, a falha, a emoção, também fazem parte do jogo de significações. O discurso, como é “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, LAGAZZI-RODRIGUES, 2006, p. 15), é um elemento particular da materialidade ideológica que abarca formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, determinam a posição do sujeito em alguma formação ideológica (ORLANDI, 2017). Por este motivo que, de acordo com Orlandi (2017, p.181), “Pêcheux afirma que ideologia e inconsciente estão materialmente ligados”.

As palavras – proposta, meio, atendimento, forma, controle, criminalização – estão inseridas, segundo o que observamos em seus interdiscursos e acontecimentos, em discursos relacionados a formações ideológicas ligadas ao neoliberalismo, capitalismo, à classe dominante, enfim, à colonialidade do poder do Estado. Tais ideologias, esquecidas no discurso, mas produzindo sentidos inconscientemente, através do esquecimento ideológico, são percebidas quando observamos que a sociedade industrial e capitalista contemporânea, imersa em um estilo de vida com valores neoliberais, precisa legitimar, com todo aparato do Estado, das ciências, tudo ao seu dispor possível, para garantir *meios* de governar as juventudes e infâncias abandonadas e *criminalizadas* por acabarem atacando as *formas* de viver do sujeito moderno. Em outras palavras, é sob a égide da segurança e de

uma boa convivência que se ergueram *propostas* para solucionar os ataques infratores e a desigualdade social, mas por um outro lado, tenta manter o poder de uma forma-sujeito- histórica para garantir um estilo de vida colonial, mesmo estilo de vida que garante a permanência das desigualdades.

As palavras expostas acima têm relação com a segurança pública, sendo o cidadão o sujeito moderno. O *controle*, a *proposta* e o *atendimento* aparecem como a posição pela qual a socioeducação ganha aspectos de *meio* de equilibrar as falhas de convivência em sociedade, como já foi dito. Só que quando afirmamos que a própria sociedade brasileira, por conta do poder colonial, que permite que infâncias e juventudes transgressoras das regras permaneçam infringindo leis por gerações, como um problema estrutural brasileiro, queremos chamar atenção não só para a segurança que a política para juventude dá para um ato infrator isolado cometido por um ser humano jovem, geralmente menino negro da periferia. Ressaltamos também a resistência do *atendimento* permanecer sobre determinados grupos específicos, meninos, negros, pobres, mulheres e trans, por fugirem da *forma* sujeito moderno e por isso, inconscientemente, significarem os discursos de *controle* da ideologia colonial sob estes grupos.

Como este aspecto é apagado no discurso do Estado, sempre, nesse esquecimento, serão visíveis os traços que levam uma persistente realidade desigual, a saber, de raça, de gênero e de renda. E esse esquecimento nos mostra como materialmente as punições repousam nestes grupos, como eles estão na dimensão do esquecimento ideológico do discurso do Estado e os esquecimentos são estruturas da linguagem, logo, os grupos criminalizados estão ligados às condições verbais de existência dos sentidos dados conscientemente. Materialmente ligados significa que estes grupos são responsáveis pelos acontecimentos dados como equívocos que merecem uma interpretação, sobre eles são colocadas as contradições e repousam as soluções. Então, um dos discursos inconscientes é aquele que busca controlar a raça, o gênero e a renda para manter um modelo de convivência ligado às ideologias coloniais.

Já as palavras – trabalho, luta, meio, educação social, área complexa, transformação – acreditamos que estão ligadas a outros interdiscursos e acontecimentos, a outra posição nas formações ideológicas, a saber, aos discursos marxistas, socialistas, emancipatórios que valorizam a noção de sujeito pragmático, histórico e democrático.

De acordo com os interdiscursos que analisamos, o real é histórico na medida em que esta história é, ao mesmo tempo, acumulada do passado, e é como real no cotidiano presente, que vem se criando, em uma relação dialética, ou seja, a história do passado com a história que é cotidiana, isso

é, o concreto, o mundo real, feito dia a dia; isso é a práxis, a teoria orienta o pensamento e este também orienta a teoria em uma relação permanente, dinâmica, dialética. Este é o real histórico e pragmático em que o sujeito está inserido.

É na produção da história e do trabalho que a *luta* de classes permite a acumulação do poder e dos meios de produção em determinadas classes. Quando a classe oprimida *luta* pela sua liberdade, aprendendo com as formas de governo e teorias do conhecimento das ideologias socialistas, *meios* de pensar a educação, certos valores *pedagógicos* são reverberados, como a *educação social*, a *transformação* da realidade pela práxis, o mundo concreto que é *complexo*.

As conjunturas após o acontecimento: de Marx e Engels pensando o mundo concreto na luta de classes, Lênin subindo ao poder e Makarenko como pedagogo pensando uma educação para jovens abandonados e delinquentes como social, emancipadora; e, no Brasil, final da ditadura, eleições democráticas, *luta* pelos direitos das crianças e adolescentes, produção discursiva do ECA; são acontecimentos que produziram interdiscursos que estão de certa forma produzindo sentido para descrever o que é essa tal socioeducação - fruto histórico desse rizoma de *lutas* pela *transformação* da realidade, pensa educar o sujeito para ser democrático ao mesmo tempo que livre, pois é um sujeito que *transforma* a realidade porque está inserido no *complexo* mundo de *complexos*. As ideologias socialistas, ligadas ao marxismo, também são uma posição influente na construção do sentido de socioeducação.

Podemos concluir que há um fundo duplo encontrado pela nossa análise no que queremos chamar de discurso do inconsciente da socioeducação. Acreditamos nesse achado por conta do que pensamos, retomando o já dito, que a ideologia capitalista aparece como a posição pela qual a socioeducação ganha aspectos de controle social, de forma de equilibrar as falhas da sociedade em permitir infâncias e juventudes transgressoras das regras; já a ideologia socialista é a posição em que parte os discursos pedagógicos, em que os trabalhadores socioeducativos estão posicionados, criando cotidianos e acontecimentos no trabalho para libertar uma juventude criminalizada.

Concluimos que a socioeducação aparece dessa relação conflitante e complementar entre os dois extremos das ideologias, capitalista e socialista, assujeitadas na subjetividade dos que discursam sobre socioeducação. A primeira ideologia apagada no discurso porque ao ser delegada, pela luta política, a função de controle social, é graças a uma política pública que abrange as mazelas sociais ao mesmo tempo que esconde que há uma produção de acontecimentos permanente de um padrão de poder ligados a uma ideologia colonizadora, o que se mostra no atendimento repousar nos mesmos

grupos por gerações, desde Bernardino até hoje; à segunda ideologia que, ao mesmo tempo que a primeira age, controlando grupos, foi delegada a função de transformar vidas criminalizadas em não-criminalizadas, escondendo que isso só foi dito como ser alcançado por conta das ideologias ligadas ao marxismo. Logo, é sob essa relação, conflitante e complementar, entre as duas formações ideológicas, capitalista e socialista, que as condições de produção do discurso sobre socioeducação, são construídas em nosso *corpus*.

Domínios simbólicos da socioeducação nos Cadernos

Domínio simbólico, para nós, é um conjunto de símbolos que dizem sobre o real e que dominam o ser, o sentido, de uma maneira a não deixar ser diferente, ser Outro símbolo. Essa dupla conceitual, *domínio simbólico*, foi escolhida justamente por conseguir carregar esse significado de conjunto de símbolos, sistemas de símbolos, domínio de símbolos que dominam o ser na fala, no cotidiano, nas relações de sentido. O sentido é dado pelos símbolos que dizem sobre o mundo algo específico porque dominam certo sentido do ser, ou seja, de como o mundo, os outros, Tu, Eu, somos. Como a *branquitude*, a construção de uma identidade branca, que expande privilégios materiais e simbólicos, silenciando o debate sobre a identidade branca nas relações raciais, na construção de um padrão de beleza, reforçando o problema social do racismo (CARONE, BENTO, 2002); a *cisgereneidade*, (VERGUEIRO, 2016) que reforça as violências de gênero com a identidade cis como a natural; e o *sujeito-histórico-moderno*, aquele de direitos e deveres, livre, habituado ao capitalismo. Todos esses três *domínios simbólicos* estão presentes em nossa sociedade graças à colonização, entendida como Maldonado-Torres (2018), não só um tempo passado, quando europeus colonizaram a América, reverteram o comércio do Mar Mediterrâneo para o Atlântico, mas como um tempo presente, vivo, onde grupos são expostos a conflitos legados pelo poder colonial. Então os *domínios simbólicos*, após a análise e os nossos fundamentos teóricos, são *formações ideológicas que exercem uma certa dominância colonial sobre o ser no mundo*.

Partindo dessa premissa, para conceber essa dominância colonial sobre o ser, nos apoiaremos em: Freire (2016), para entender a contradição ontológica do ser mais, vocação histórica das pessoas, que sempre querem ser mais, aprender mais, transformar mais, mas que é transformada em ser menos, uma opressão, experiência do ser mais dos opressores; e Dussel (1974), para entender que o real em que estamos inseridos é composto de uma totalidade, que impõe um sentido ao Outro, que é essencial para dialética da vida, da filosofia, das ciências, mas é exterior a essa totalidade, é exteriorizado por

ela. O primeiro filósofo nos ajudará compreender a opressão e o oprimido, e o segundo o oprimido como livre, além da totalidade, vítima dela.

Com base em toda análise, principalmente no discurso do inconsciente, percebemos que há formações ideológicas importantes para construção do sentido de socioeducação: a capitalista e a socialista. Para que correspondam ao que podemos chamar de *domínio simbólico desumanizante*, segundo Freire (2016), é preciso que os oprimidos sejam objetos, por isso qualquer generosidade que mantenha os oprimidos como coisa, é inautêntica, visto que é parte da ideologia dos opressores tornar os oprimidos objeto de seu domínio. Um outro ponto sobre a desumanização em Freire (2016) refere-se ao opressor que tem medo da liberdade do oprimido, o que torna a vigilância essencial na medida em que sempre haverá um potencial inimigo em um oprimido para o opressor. Por isso sempre será prescrito ao oprimido o que ele deva ser, se apropriar de tudo que puder para manutenção de seu poder de opressão, de manter a contradição ontológica, do ser menos. Walsh (2009) chama de interculturalidade funcional esse mecanismo do poder colonial que se apropria das formas de lutas de libertação dos povos para manter o sistema neoliberal. Então podemos dizer que algumas condições de produção de sentidos de socioeducação movimentadas em nossa análise se encaixam nessas descrições da situação do oprimido observadas em Freire (2016):

- 1) Persistente realidade desigual econômica-racial-genderizada que localiza suas punições legislativas e sociais em determinados grupos, o que garante a permanência desse problema em nossa sociedade, o que chamamos de problema estrutural, e a necessidade de sempre dar uma resposta a ele.
- 2) Crítica à forma plástica do sistema capitalista, que se molda, reconfigura, se apropria do que for necessário para manutenção e conservação do estilo de vida neoliberal, branco e cisgênero.
- 3) A socioeducação é proposta-político-pedagógica, atendimento, meio, forma, controle, criminalização.

Essas três condições de produção de sentido de socioeducação acreditamos que correspondam a *domínios simbólicos desumanizantes*, pois tornam a juventude um objeto para sofrer intervenções através de uma prescrição pedagógica sem transformar os padrões de poder opressores que permitem a permanência das desigualdades, da contradição da vocação histórica do ser humano de sempre ser mais.

O primeiro porque a realidade desigual é uma opressão clara à vida, ao ser mais daqueles que não se adequam ao estilo de vida neoliberal, branco e cis; ao transgredir quaisquer das regras do jogo capitalista, racista e cisgênero o sistema, o *domínio simbólico*, permite que sempre uma resposta ao

problema da transgressão seja dada dentro dos limites da dominância metafórica. Para o problema da juventude negra, pobre, criminalizada, atualmente, para o Estado a resposta é a socioeducação, e seu sentido mantém relações com os domínios simbólicos coloniais.

O segundo tópico também é desumanizante se considerarmos que a ideologia opressora faz a manutenção da opressão se apropriando de tudo que transforma o oprimido em coisa, e a socioeducação enquanto essa forma de manutenção de sistema de opressão, de apropriação dos conhecimentos pedagógicos, jurídicos, psicológicos, para exercer o poder de punir “socioeducativamente” - como aqui não cabe “educadamente”, é uma evidência do caráter específico da socioeducação, ou seja, como detentora de um domínio simbólico. Seria então apenas dizer que a socioeducação é um ato generoso inautêntico que o sistema opressor dá para “ajudar” os grupos jovens transgressores? Também, mas não só, acreditamos que deve ajudar, mas muito pelo trabalho socioeducativo das pessoas educadoras; de quem está na linha de frente, acreditando numa socioeducação libertadora e movendo suas práticas pedagógicas no domínio simbólico socialista.

Já o terceiro tópico se demonstra desumanizante quando a proposta é uma prescrição de como conviver, é outra característica da opressão, pois apenas o *ser mais em comunhão* ao *ser mais dos outros* pode entregar alguma forma de conviver em conjunto. Algo possível apenas para quem está na linha de frente da política pública, ou seja, é em comunhão que nos libertamos do *ser menos*; se a proposta não contiver essa comunhão, então é manutenção do sistema de opressão, ou seja, quando a proposta aparece como controle, meio, forma, atendimento a um determinado grupo, historicamente definido, é outra característica da opressão. Então podemos dizer que, até agora, são *domínios simbólicos* aquelas formações ideológicas coloniais, por conseguinte, neoliberais, capitalistas, sujeito moderno, estão ligadas às condições de produção de sentido da socioeducação.

Dussel (1974) nos ensina sobre a totalidade, a exterioridade e o método analético⁵. Esse método consiste em fazer um levantamento de todos os entes envolvidos na investigação, identificar a totalidade de sentido e o exterior a ela, ou seja, aqueles estão de acordo em uma noção universal em que diversos raciocínios podem ser feitos e refeitos, indo do universal ao particular, mas que fica apenas dentro da totalidade. Nesta noção, há algum ente que é exterior a totalidade, esse seria o Outro. Este Outro não é entendível partindo da totalidade, pois este tem seu método investigativo, tem sua dialética na totalidade, o horizonte que abarca tudo que é, e o Outro, não é para a totalidade. Os *domínios simbólicos* então são componentes dessa totalidade. E mais, o Outro é condição de

⁵ O método analético é um discurso filosófico que pode captar esse Outro exteriorizado porque é a essência da própria dialética, método de investigação mais antigo que a própria dialética grega (DUSSEL, 1974, p. 181-184).

possibilidade da totalidade, do próprio domínio simbólico, mas que vive na exterioridade, tentando ser dominada pelos símbolos da totalidade. Partindo dessas explicações, levantamos todos os entes, entendendo-os como tudo que mobilizamos com a análise, e observamos que o Outro, essencial à totalidade de sentido da socioeducação, é a juventude que comete crime.

Se invertermos o pensamento e dissermos: não existe juventude que comete crime, não haveria a necessidade de a sociedade dar uma resposta a esse problema, já que ele não existiria. Como ele é um problema real, pensamos sobre ele, entramos em contato face a face com ele e respondemos a ele. Isso é analética, esse primeiro contato com o Outro. A dialética que elabora a resposta a partir da analética, tenta, através da socioeducação, negar a existência da juventude que comete crime, ou atos infracionais. Negar é transformar o ser jovem transgressor a não ser mais jovem transgressor, busca de todas as respostas para que não seja mais, que comece a conviver de forma aceitável em sociedade. Por isso, quando as condições de produção de sentido de socioeducação aparecem como:

- 1) A socioeducação é luta, trabalho, educação social, área complexa, transformação.
- 2) Articulação política e profissional para buscar um atendimento eficiente aos grupos de crianças e adolescentes criminalizados que chegam às instituições.
- 3) Ideologia libertadora.

Acreditamos que a totalidade, o real, do sentido de socioeducação, também está ligada numa ideologia libertadora, aquela que pensa que essa prática educativa, voltada para os grupos delinquentes, realmente libertará, transformará a vida do Outro, que não deveria existir enquanto delinquente, por isso se almeja transformar. Percebemos uma aparente contradição: se *domínios simbólicos* são do poder colonial, como então as ideologias libertadoras, ligadas aos movimentos de descolonização e decoloniais, são domínios simbólicos? Porquê da mesma forma é um conjunto de símbolos que dizem sobre um real, um ser e um não ser. E desse domínio, numa relação com o domínio simbólico das ideologias coloniais, produziram a socioeducação. Local específico, instituição, lugar de trabalhar, criado pela luta e desconstrução dos conceitos anteriores. Acreditamos que essa é uma relação importante que deve ser destacada, de querermos entender o conceito brasileiro de socioeducação. O processo de luta política para aprovação do ECA, amparado pelo sentimento humanitário de diversos setores de movimentos sociais, sentimento esse acreditando na mudança, na transformação, colocaram o problema da juventude como algo complexo, e uma resposta complexa foi dada: socioeducação; uma prática tanto jurídica, como disciplinar, educativa, punitiva,

dentro de uma totalidade colonial e libertadora em que ambas estão numa relação analética com a juventude criminalizada, mas que só ela que não está falando.

Considerações Finais

Dentro de todos esses entes levantados das condições de produção de sentido da socioeducação, o Outro, o rosto latino-americano, é da juventude criminalizada pela sociedade neoliberal, racista e cisgênera. Esse não é o objetivo do presente artigo, mas se fossemos ousar buscar um sentido decolonial para socioeducação, entendendo esse sentido como Maldonado-Torres (2018, p. 36), um esforço para lutar contra a lógica da colonialidade e seus efeitos simbólicos, epistêmicos e materiais, a socioeducação tem que ser baseada em uma pedagogia do oprimido, uma pedagogia criada a partir desse grupo que a socioeducação é uma resposta. Deixemos que o Outro dê a resposta, analeticamente, não a sociedade e os movimentos sociais. Estes devem continuar lutando pela e com a voz do Outro. Então esse seria o sentido decolonial de socioeducação:

‘A socioeducação decolonial é uma resposta de quem sofre a ação socioeducativa’.

Contudo, como destacado, o objetivo geral da análise não é dar um sentido decolonial, mas sim mostrar as condições de produção de sentido que representam o que chamamos de *domínios simbólicos da socioeducação*, ou seja, o conjunto de símbolos que faz referência às ideologias coloniais e libertadoras. Em relação às ideologias coloniais, os símbolos são: *controle, meio, forma, proposta-político-pedagógica, trabalho, manutenção, criminalização, ato infracional, capitalismo*; já em relação às ideologias libertadoras, os símbolos são: *transformação, área complexa, trabalho, educação social, proposta-político-pedagógica, luta*.

Essas palavras são os símbolos que se encontram em domínios simbólicos que se relacionam, compartilham sentidos, estabelecem as condições de produção de sentido da socioeducação na Parte I – Marco teórico e metodológico, do documento oficial ‘Cadernos de Socioeducação: bases teórico-metodológicas da Socioeducação.’ Símbolos que foram, em algum dia, um acontecimento discursivo face à problemática da juventude que entra em conflito com a lei e que, por conta das filiações históricas e os esquecimentos estruturais da fala, atravessam a história pelo inconsciente e se fazem presentes nos sentidos dados no material analisado.

Referências

- BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, I. BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).
- BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei. Versão: 1.0.1.18. de 2018. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/cnaclnovo/publico/graficos.jsf;jsessionid=0wNASXY8VQe9J5y73mhHvBCA>>. Acesso em: 1 out. 2020.
- COSSETIN, M. *Socioeducação no estado do Paraná: os sentidos de um enunciado necessário*. 2019.190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2019. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4529>. Acesso em: 1 out. 2020.
- DUSSEL, E. **Filosofia de la libertecion**. 4ª Edición, Editorial Nueva América. Bogotá, 1996.
- DUSSEL, E. **Método para uma filosofia de la libertación**. Superación analética de la dialética hegeliana. Apartado 332 – Salamanca Espanha; Edicionse Sígueme, 1974.
- ESTEVÃO, Ivan Ramos. **A realidade, entre Freud e Lacan**. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.47.2009.tde-09122009-085019. Acesso em: 2021-03-09.
- FREIRE, **Pedagogia do Oprimido** / Paulo Freire – 62ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra (2016).
- FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo, editora Cortez, 1991.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- JESUS, C. M. de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: COSTA, J. B.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**, pp. 44-93. Belo Horizonte, 2018.
- MORAES, M. C. M. de. “A teoria tem consequências”: indagações sobre o conhecimento no campo da educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.30, n.107, p. 585-607, maio/ago. 2009.
- ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.
- ORLANDI, E. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.
- ORLANDI, E. **Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia**; 3ª edição. Campinas, SP: Editora Pontes, 2017.
- PARANÁ. **Cadernos de socioeducação: bases teórico-metodológicas da socioeducação**. Organização: Alex Sandro da Silva, Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto, Juliana Biazze Feitosa.

Redação e sistematização Andréa de Lima Kravetz ... [et al.]. - Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, 2018.

PARANÁ. Socioeducação do Paraná é referência nacional. *Agência de notícias do Paraná*, Curitiba, 27 de dez. de 2018a. Disponível em:

<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=100089>. Acesso em: 1 out. 2020.

PARANÁ. Ministério Público do Paraná. *Eca – Linha do tempo sobre os direitos de crianças e adolescentes*. [s.d.]. Disponível em: <http://crianca.mppr.mp.br/pagina-2174.html>. Acesso em: 1 out. 2020.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**; tradução Eni Puccinelli Orlandi – 2ª edição – Campinas, SP: Pontes, 1997.

RIZZINI, DI.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RANIERE, É. **A invenção das Medidas Socioeducativas**. Universidade Federal de Pelotas, SC. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional. Porto Alegre, 2014.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2005.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M. G., MOUTINHO, L., (Orgs.). **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016, (pp. 249-270). Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>. Acesso em: 1 out. 2020.

WALSH, C. **Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver**. In: CANDAU, Vera Maria (ORG). *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 20/05/2021

Aprovado em: 11/10/2022